

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA À DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação comercio do PORTO Periodicidade D

Dia 6.11.79 Pág.(s) 1-3 Tendência política _____

★ PÁGINA 3

EP
6.11.79 p.1



**LURDES
PINTASILGO
OUVIU QUEIXAS
DO VELHO PORTO**

Fundação Cuidar o Futuro



CONTINUA →

APROVEITANDO A PRESENÇA DA PRIMEIRO-MINISTRO NO PORTO

CR 6.11.28 p. 3

INDUSTRIAIS PEDEM AO GOVERNO UM PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES

A Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, terminou ontem uma visita de trabalho a esta cidade, com o objectivo de contactar com necessidades e as ambições mais prementes da população. Da parte de manhã, Maria de Lurdes Pintasilgo deslocou-se à fábrica de metalomecânica A. Dias Ramos, acompanhada por vários industriais pelo ministro da Indústria, Fernando Marques Videira e pelo ministro do Trabalho, Jorge Sá Berghes.

Aquela unidade fabril que, em grande parte, se dedica à exportação, foi demoradamente percorrida por Maria de Lurdes Pintasilgo que se mostraria impressionada com o avanço técnico evidenciado no sector da metalomecânica.

No fim da visita à fábrica, teve lugar, nas instalações da mesma, uma reunião entre a sra. Primeiro-Ministro e vários industriais do ramo da metalomecânica.

Maria de Lurdes Pintasilgo referiu na altura que urge acabar com a idela muito em voga depois da II Guerra Mundial que, «cada país dentro das suas fronteiras tem que produzir tudo», para começar a produzir aquilo para que tem mais possibilidades. Mas a frente a respeito da integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia, Lurdes Pintasilgo salientou que «se trata de um plano a longo prazo mas que essa integração se pode ir fazendo pouco a pouco em certos ramos».

O Ministro da Indústria, Fernando Marques Videira, informou os presentes que «o Ministério tem feito esforços no sentido de promover o intercâmbio entre empresas portuguesas e as da CEE, para proporcionar a aquisição de melhor tecnologia e fomento da exportação».

Depois de dizer que «a Electricidade de Portugal tem sido o grande motor da indústria metalomecânica», Marques Videira referiu-se ao projecto Renault nestes termos: «vamos fabricar cerca de 200.000 motores dos quais mais de metade está destinada à exportação».

Tanto Maria de Lurdes Pintasilgo como Fernando Marques Videira tentaram sensi-

bilizar os industriais presentes para a necessidade de ter em conta, nas relações económicas exteriores, os novos mercados, em especial o africano e o sul americano: zonas em que Portugal marcou presença histórica.

Na sua intervenção, o presidente da Associação Industrial Portuense, eng. Almeida e Sousa, apelou para a urgência da descentralização, dizendo que a indústria norte-nha é a que têm mais peso no conjunto das exportações portuguesas e que, por isso mesmo tem necessariamente de ser mais apoiada pelo governo, o que não tem acontecido até agora. «Lisboa — diria ele — continua a ser a sede dos monopólios e isso não pode continuar assim».

A NECESSIDADE DE UM PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES

No decorrer da reunião, os industriais de metalurgia e metalomecânica tiveram oportunidade de apresentarem ao Governo os problemas do sector, pela voz do presidente da Associação das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas, eng.º Ludgero Marques. «Um dos maiores problemas com que nos temos debatido é o da falta de vias de comunicação para o escoamento dos nossos produtos. Além disso, o porto de Leixões não serve nem facilita as operações para a exportação».

Um outro problema abordado pelo eng. Ludgero Marques foi o da absoluta necessidade de um pavilhão de exposições. «O Palácio de Cristal não serve. Não tem condições. O Governo tem que dar dinheiro para um pavilhão».

O crédito foi outro tema quente da reunião, defendendo a Associação um crédito muito mais bonificado que se tornará a grande base de apoio à iniciativa privada e ao investimento.

Além disso, aquele engenheiro pediu uma maior atenção do governo para as associações verticais das indústrias, ao que Maria de Lurdes Pintasilgo respondeu: «associações como esta tem uma grande importância. Por isso, nós queremos que, no futuro, elas sejam interlocutores privilegiados do Governo».



CONTINUA →

FABRICO DE FOGÕES EM PERIGO?

O fabrico de fogões está em risco de grave diminuição se não forem tomadas medidas urgentes no campo fiscal segundo afirmou o dr. Pedro Brito, presidente da Divisão de Termo-Domésticos da Associação de Metalúrgicos.

Esta indústria, que emprega cerca de 3500 operários, está condenada à falência, por causa da subida do imposto de transacção de 15 % para 45 % medida que agravará o custo de cada unidade em aproximadamente 35 %.

O aumento de ordenados em 20 % o custo da matéria-prima em 30 %, aliado à crise da construção civil, poderá conduzir ao descalabro da indústria de fogões. Segundo o dr. Pedro Brito, «se nada for feito para resolver o problema do imposto, teremos que reduzir o horário de trabalho e despedir bastantes operários». Trata-se de defender a sobrevivência de muita gente.

Durante a reunião, que se prolongou por quase três horas, foram ainda abordados problemas laborais e outros, que a equipa governativa registou em «dossier» para um estudo posterior mais aprofundado.

LURDES PINTASILGO DESCEU AO BARREDO

Depois do almoço, Maria de Lurdes Pintasilgo, visitou a zona do Barredo, na companhia do presidente da Câmara, governador civil, além dos membros do seu Governo que a acompanharam nesta visita ao Porto.

Recebida com grande carinho pelas populações, a gra. Primeiro - Ministro percorreu demoradamente o conjunto das casas restauradas no âmbito do plano do Comissariado de Remodelação Urbana da Área da Ribeira e Barredo. Até ao momento, foram restauradas 120 casas, mas o projecto prevê a restauração de um total de 350. Maria de Lurdes Pintasilgo visitou depois o Museu do Barredo, importante amostragem da história desta típica zona citadina. Passou ainda pela Rua do Postigo do Sol, onde teve oportunidade

de observar a realidade da falta de condições habitacionais, onde as pessoas vivem na miséria. O Centro Social do Barredo também teve a visita do Primeiro-Ministro. Aquele centro de assistência, fundado em 1960, pertence ao Instituto de Acção Social e à Conferência de S. Vicente de Paulo, subsistindo com subsídios do Ministério dos Assuntos Sociais, da Câmara e do Governo Civil.

Durante toda a visita ao Barredo, Lurdes Pintasilgo foi muitas vezes abordada por anónimos para lhe confidenciarem os seus problemas na esperança de que algo possa mudar. A gra. Primeiro-Ministro a todos respondia com esperança e com palavras de incentivo.

HABITAÇÃO E TRABALHO NA REUNIÃO DA CÂMARA

Mais tarde, cerca das 18 horas, o primeiro-ministro reuniu nos Paços do Concelho, com o presidente da Câmara Municipal do Porto, o governador civil e, além de alguns vereadores da edilidade, estiveram presentes também o ministro da Habitação e Obras Públicas, os secretários de Estado do Ambiente e Urbanismo, da Habitação e da Cultura, bem como o ministro do Trabalho, dr. Sá Borges. A iniciar a reunião, em que além do problema da «operação» Barredo, foram levantadas questões que se prendem directamente com a problemática habitacional do Porto, a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo começou por classificar a habitação como um problema «intelectual e efectivo» para a resolução do qual o actual executivo procurará um «desbloquentamento de processos».

A continuidade ou descontinuidade da «operação» Barredo, cujo futuro depende em grande parte dos financiamentos a adquirir, com vista à recuperação das habitações degradadas, constituiu objecto da intervenção do arquitecto Rosado Correia autor do «Plano de Intervenção Habitacional de Emergência para a cidade do Porto». Mais adiante, seriam enunciados problemas de ordem laboral com que se debatem, actualmente, os trabalhadores daquela obra de reconstrução. A ausência de um sistema de segurança social, bem como a possibilidade de criação de gabinetes de apoio social e de projecto, foram problemas também apre-

Fundação Cuidar o Futuro



CONTINUA →

sentados por um responsável camarário que se referiu, a dado passo, às questões de ordem financeira com o que o projecto se debate. Aliás, também o arq.^o Viana de Lima se referiria às más condições de trabalho naquela área habitacional, depois de fazer um relato do modo como, até há bem pouco tempo, viviam as populações da zona.

Após a reunião que teve com membros do executivo e responsáveis camarários, o Primeiro-Ministro dirigiu-se para uma sala dos Paços do Concelho onde, em contacto com a população, ouviu os problemas desta relativos, na sua totalidade, a questões de ordem habitacional e laboral.

Relativamente aos segundos, o ministro do Trabalho, dr. Sá Borges, teve oportunidade de responder a questões postas por trabalhadores das empresas metalúrgica Duarte Ferreira, fogões Leão e Fábrica de Produtos Estrela, bem como tocantes à situação crítica pela vinda de funcionários das ex-colónias integrados, no momento actual, no quadro geral de Adidos.

Segundo um elemento do Sindicato da Função Pública, «as injustiças praticadas contra os «Adidos» mereciam uma urgente acção do Governo, porque — disse — além de se sentirem portugueses como os outros, têm sido, de algum tempo para cá, injustamente marginalizados».

Respondendo às perguntas equacionadas, o ministro do Trabalho demonstraria o seu interesse «pela apreensão legítima por parte dos trabalhadores da metalúrgica Duarte Ferreira que, desde há quatro anos, esperam pela desintervenção que lhes havia sido prometida por anteriores executivos.

Os problemas habitacionais das zonas mais degradadas da cidade, foram o tema mais controverso da reunião que o Primeiro-Ministro teve com representantes de algumas Associações de Moradores.

Habitantes dos bairros da Sé, nomeadamente os da Rua das Aidas, da Seca do Bacalhau, das Eirinhas, S. Nicolau e outras, apresentaram os seus problemas e anseios, sem deixarem de lembrar, a dada altura, que, mais importante do que a construção de estradas e ruas, se torna a construção de fogos capazes de tirar da miséria e da promiscuidade, centenas de moradores dos mais degradados bairros da cidade.

Entretanto, à parte três ofícios apresentados pelos responsáveis camarários à Primeira-Ministra, relativos à finalização de projectos de construção de fogos que se arrastam há algum tempo, assumiu particular interesse a proposta do arq.^o Rosado Correia, denominada, como dissemos, «Plano de Intervenção Habitacional de Emergência para a cidade do Porto».

Começando por uma série de considerandos relativamente às carências habitacionais do

Porto, o «Plano» prevê «que o Governo considere a cidade do Porto em situação de emergência», além de que se sugere que «seja elaborado no prazo de 30 dias, conjuntamente com representantes do Governo, da GRUARB e da Câmara Municipal».

Com efeito, esquematizadas as necessidades habitacionais da cidade, o plano prevê: para a «Zona Histórica a recuperar», a construção de 12 mil fogos; para as «Zonas degradadas levantadas (Ass. Moradores), 11,568; para as «Cooperativas de Habitação existentes», 4,400 fogos; por último, para «famílias em sobreocupação e outros», 6,500. O total de fogos necessários para obstar às graves carências habitacionais do Porto, é estimado assim em 40 mil.

A cidade do Porto, conforme o plano, deve pois «ser considerada em situação de emergência no sector habitacional».

A Primeira-Ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, terminou assim a sua visita de trabalho à cidade do Porto. A par do contacto material com os problemas habitacionais mais graves, a chefe do executivo constatado, também, as pretes carências de ordem social com que se debatem, quotianamente, grande parte dos habitantes do Porto.

A Chefe do Governo regressa esta manhã a Lisboa.

Fundação Cuidar o Futuro

